

# O ESTADO PODE RESSOCIALIZAR, CRIAR A CULTURA DO SUCESSO SOCIAL, E NÃO DO FRACASSO DA JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI.

Julio Cesar Condaque<sup>1</sup>

## RESUMO

Ao desenvolver uma narrativa histórico-social da década de 1990, percebe-se que os governos no Brasil e no Rio não financiavam, e nem tinham uma estratégia para as massas pobres e negras, onde começa a implementação de políticas sociais, pela redemocratização e a nova constituição federal, e refletia nos indicadores negativos nas instituições sócio-educativas, que na época era a Ex- FUNABEM no Rio de Janeiro. Ao construir um estado de direito para todos: “Direito de todos e Dever do estado”, logo depois as comunidades pobres avançam em mobilizações nas comunidades e nos movimentos sindicais e populares, que vão desenvolvendo ações políticas pela contra reforma do estado, que vai culminar no Estatuto da Criança e Adolescente no Brasil (ECA), e na esperança de que as instituições sócio-educacionais poderiam melhor atender jovens em conflito com Lei, e sejam descentralizadas pela superlotação e construiu-se ação-pedagógica, e não o controle social policial e de punição. Surge o em 1993 o DEGASE para reestruturar as relações sócio-educativas fechadas ou na semiliberdade, aplicam medidas socioeducativas com o horizonte de um estado de direito social, nos fins da década de 90 e construindo o retorno dessas crianças aos seus lares e familiares ou adoções. O retorno aos seus bairros sempre era traumáticas e com uma relação de apartamento social e num processo de devir junto à sociedade civil organizada, e emancipação desses jovens em conflito com a Lei.

## INTRODUÇÃO

Segundo a Professora<sup>2</sup> Doutora Ana Maria Monte Coelho Frota da Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará – UFCA:

(...) infância, a adolescência é também compreendida hoje como uma categoria histórica, que recebe significações e significados que estão longe de serem essencialistas. É como afirma Pitombeira (2005): a naturalização da adolescência e sua homogeneização só podem ser analisadas à luz da própria sociedade capitalista.

No final dos anos 1970, nasceu o processo da Globalização e Neoliberalismo econômico, reestruturação produtiva, crise do modelo Tayloista-Fordistas, flexibilização da produção, e a novas tecnologias nas Grandes nações G-7 desenvolvidas com Ronald Reagan/USA e Margareth Thatcher<sup>3</sup> da Inglaterra.

(...) Ao liderar o governo do Reino Unido, Thatcher estava determinada a reverter o que via como o declínio nacional de seu país. Suas políticas econômicas, foram centradas na desregulamentação do setor financeiro, na flexibilização do mercado de trabalho e na privatização das empresas estatais. Sua popularidade esteve baixa em meio à recessão econômica iniciada com a Crise do petróleo de 1979(...).

Sobre estes fatos e atos acima não há controvérsias, do que iriam acontecer no terceiro mundo, e o que desenvolveu no fim do estado de bem estar social nessas nações capitalistas, imperialistas e neocolonialistas. Explorando áreas geopolíticas no mundo, que teriam sido socialistas, e com o fim do Muro de Berlim, e a propaganda de que socialismo morreu no leste europeu, e fez com que fortalecesse a expansão do capitalismo, até suas últimas fronteiras<sup>4</sup> (Lênin, 1920), esse processo contemporâneo de ofensiva política, econômica, militar e sociocultural, ou seja, a “terceira mundialização”<sup>5</sup>, que reabre o processo racismo institucional internacional na divisão social do trabalho, e no seu próprio quintal, expandiu a desregulamentação e a flexibilização no mundo a fora provocará o fim das políticas pública de estado, para o bem comum coletivo no terceiro mundo.

Esse processo Neoliberal e de fim de Estado de Bem Estar Mínimo nos países centrais e nem chegou a existir no Brasil que foi aclamado pós- Constituinte de 1988, segundo a seguridade social art.194 a 195 CF, e foi bloqueado por Forças partidárias, que traíram os anseios sociais das massas populares, e dos trabalhadores e veio reduzir a presença estatal nas pastas sociais, e nos direitos sociais para trabalhadores/ servidores públicos, juventude e à população negra e pobre em geral atingindo setores

2 Artigo científico Doutora Ana Maria Monte Coelho Frota da Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará - UFCA infância, a adolescência.pág.10-11.

3 Wikipédia. Sobre a Margareth Thatcher das décadas 70. (...) no entanto, uma rápida recuperação econômica, além da vitória britânica na Guerra das Malvinas, fizeram ressurgir o apoio necessário para sua reeleição em 1983. Devido ao fato de Thatcher ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato em 1984, de sua dura oposição aos sindicatos e de sua forte crítica à União Soviética, foi alcunhada de “Dama de Ferro” renunciando aos cargos de primeira-ministra e líder do partido em 1990.(...).

4 LENINE. Vladimir. Ilitch Uilianov. Imperialismo, fase superior do O capitalismo. São Paulo. Ed. Diário da liberdade 2008.

5 JACOB, Eduardo. Tese da A Globalização e da crise do capital. USP. 2010.págs.100-150.

como a infância e adolescência na Assistência Social, Saúde e Educação.

Incluindo a Assistência Social, e os Direitos humanos gerando um estado de “caos social”, mas a frente com a redemocratização da República nova, e a desregulamentação social, privatizações e de mercantilização da vida, nos anos 90, que seria controlado pelo Consenso de Washington<sup>6</sup>, visão a entrada do capital estrangeiro no país, segundo diplomata Paulo Nogueira, que avaliava o desastre dessas políticas Exteriores na América Latina.

(...) Fala-se em emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente. Mas o que parece se pretender, na verdade, é reduzi-lo a níveis tão ínfimos que desorganizariam a máquina estatal e podem comprometer até a sua missão clássica de provedor de segurança contra ameaças internas à ordem pública ou externas à integridade territorial. A sugestão acolhida em estudos dos organismos internacionais do FMI à ONU de condicionar a cooperação externa à redução de gastos militares e à redefinição das forças armadas pode ter mérito em alguns casos extremos, mas configura uma nova e grave incursão na soberania nacional, campo tão vital e sensível como o da formulação de política macroeconômica. (...)

Levariam a estabelecer ajustes socioeconômicos e político culturais, que aprofundaria a dependência e o subdesenvolvimento extremo e interno, que deixaria os países da América Latina ao controle dos organismos internacionais como FMI/ONU, e foi implementado com a conivência dos governos como o presidente Collor de Mello e FHC essas políticas de reformas e entrada do capital estrangeiro em setores estratégicos da economia, que desorganizava a administração direta e indireta. O controle social de ações governamentais, que não passava necessariamente pelos órgãos públicos tradicionais e nem por dentro do estado estatal como as ações das organizações não governamentais, ONGs, OSCIPs e OSS.

O estado nacional passa a eximir de responsabilidades e descentralizar às políticas públicas, e as pastas sociais, e influenciando a participação do Estado, nos avanços das ações sociais, reduzindo pelas reformas da Previdência a proteção pela Seguridade Social/LOAS. Os governos estaduais e municipais passaram a fazer uma opção privada e secundarizando a coisa pública.

A mão de obra negra sofrerá uma melhoria na qualificação, pelo ingresso aos institutos técnicos e a Universidades pelo PROUNI, e ocorrerá uma desvalorização no ganho salarial, e na perda de direitos trabalhistas, e maior controle social nas fábricas e oficinas na mão de obra por carteira assinada, e empregada nas relações internas da reestruturação produtiva na introdução no mundo do trabalho de crianças e mulheres, precários em firmas terceiras e quarterizadas.

6 JUNIOR. Paulo Nogueira Batista. O CONSENSO DE WASHINGTON A visão neoliberal dos problemas latino-americanos- Diplomata das relações exteriores editado em 1994. Brasil / DF. pág.22. (...) tais ideias, poder-se-ia até chegar na América Latina, pelo menos nos países menores, à dispensa do próprio Estado mínimo, da concepção do Estado engenda passando a manutenção da ordem pública interna a depender, quem sabe, de forças multinacionais, da ONU ou da OEA, em “operações de paz” aplicadas cada vez mais a conflitos internos do que a conflitos internacionais. São tantas as limitações que se desejam impor ao Estado, que este pareceria estar sendo objeto de uma estratégia de solapamento da própria ideia de nação em desenvolvimento, da qual o Estado nada mais é do que a sua forma jurídica organizada(...)

## O Estado de Política Social para Ressocializar às Crianças e Adolescentes das Comunidades de favelas no Rio de Janeiro

Nesta reestruturação institucional nasce o DEGASE<sup>7</sup> vinculado à secretaria da Educação e depois da Assistência Social Estadual no Governo do Brizola/ PDT cujo esmo extingue a CFBIA.

O DEGASE surge em substituição do CFBIA em 1993 e dos ex-FUNABEM para aprofundar a descentralização das ações sócio-educativas das crianças e adolescentes em conflito com a justiça criaram os CRIAMs. Em processo da passagem da responsabilidade da esfera federal para a Estadual. (SOBRENOME, ano, página)

Era estratégico para os pais e familiares manter essas crianças ou adolescentes em ocupação, e teria a obrigatoriedade de estar na Escola Pública, que se transformou em integral, no governo do Brizola, e centralizou na construção de mais escolas públicas, para o ensino básico e fundamental, como único espaço para a escolarização, e que nem mesmo no advento dos CIEPS e mais tarde os CIACs esse segundo, fundado pelo Presidente Collor de Mello, que não tinham dotação orçamentária, para cumprir seu papel estratégico de Educar para ressocializar, que era manter unidades escolares de ensino básicas e as creches, que dependia de estrutura e política pública de infraestrutura continuou com a parceria público-privada e as organizações não governamentais teve um papel fundamental nestas primeiras series básicas com estruturas escolares de fundo de quintal sem a fiscalização do estado efetiva nas favelas e comunidades pobres<sup>8</sup>.

(...) Os CIEPs foram criados na década de 80 por Darcy Ribeiro, quando era Secretário da Educação no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. O objetivo era proporcionar educação, esportes, assistência médica, alimentos e atividades culturais variadas, em instituições colocadas fora da rede educacional regular (...) A ideia dos CIEPs considerava que todas as unidades deveriam funcionar de acordo com um projeto pedagógico único e com uma organização escolar padronizada, para evitar a diferença de qualidade entre as escolas (...)

O projeto de Darci Ribeiro de uma Escola de ensino básica e fundamental instalaria a nível nacional, que pudesse dar conta da demanda social por uma ação política pedagógica nacional, construtivista, integral e participativa junto a comunidades escolares, e que o estado nacional resistiu e em pouco tempo extinguiu-a o modelo de CIEPs.

7 BÔAS. Márcia Villas. Documento da PUC sobre o Degase, ressociação e semi-liberdade . documento digitalizado cap.4 . págs.79-80

8 MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Mídiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>>. (...) No entanto, o projeto dos CIEPs recebeu muitas críticas, entre elas algumas referentes ao custo dos prédios, à qualidade de sua arquitetura, sua localização, e até sobre o sentido de um período letivo de oito horas. Muitos acreditam que o projeto arquitetônico tinha primazia sobre o pedagógico, sobretudo pela ausência de equipes de educadores qualificados para esse projeto educacional. Os CIEPs ainda existem com este nome mas, no governo de Fernando Collor de Melo, novas unidades passaram a se chamar CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança). A partir de 1992, estes últimos passaram a ter novo nome - CAICs (Centros de Atenção Integral à Criança). Ao todo, foram construídos cerca de 500 CIEPs e 400 CIACs. (...)

Essa Concepção Educacional funcionou somente na gestão pública do governo de Brizola, e os governos que veio depois desmontou sua ação política pedagógica e manteve sua estrutura predial, e essa forma de escolarização no estado integral deu lugar a um só turno, e não teve uma política educacional que mantivesse a manutenção dos profissionais da educação motivados, e que só aumentou suas cargas horárias e estimulava para exercitar um plano pedagógico plural, que pudessem atender a dois turnos, e transformar a realidade social dessas crianças e adolescentes de comunidade pobres e de localidades violentas pela ação do tráfico e das ações policiais violentas.

Educar crianças vítimas da própria lógica do sistema capitalista, no crime organizado, e que era estimulada pela alienação social, e para consumir mesmo sem condição, o jovem que seria a ponta de lance para o futuro da classe trabalhadora, está escola deveria ser integral e criava ações extracurriculares, e tentava incluir as demandas sociais para dentro do espaço escolar e atuava com a assistência social na correção de jovens infratores, que acabavam adquirindo uma Educação integrada a importância de integrar as famílias proletárias a responsabilidade de adquirir uma “consciência de si para si como classe social, e Devir” para aprender a sobreviver e lutar e participar criticamente da sociedade.

Porém, a Escola Pública só não conseguiu equilíbrio com a Assistência Social, e a financeirização desse projeto pedagógico bonito no papel que na prática se tornou impossível de alcançar diante da desvalorização salarial dos professores, e outros educadores de apoio, no espaço Escola Pública ficou refém como aparelho social, que vai reproduzir a ideologia das demandas do Estado e do Governo e do consumo e dos valores morais burgueses da competição e da simbologia da pedagogia tradicional<sup>9</sup>, que busca alimentar valores das classes liberais e dominantes.

Numa época das tecnologias avançadas, de globalização e de mudanças estruturais, e os profissionais: pedagogos, assistentes sociais e psicólogos não foram capacitados para tanta demanda nas condições de aparelhamento e de material humano sem a presença efetiva do estado no processo de destinação de verbas e de orçamentos permanentes escassos essas crianças, que vão evadir desses espaços para tentar trabalhos precários ou a rua ou virão alvos fáceis para o tráfico e as gangues e que terão uma passagem nestas instituições sócio-educativas no Rio de Janeiro.

## O DEGASE, os governos e as Ações sócio-educacionais.

Segundo a professora Guimarães no I Encontro Internacional Educação e a população negra pesquisas Contemporâneas do PENESB/UFF<sup>10</sup>:

(...) Sobre a escola, como parte das estratégias de realizações de projetos e extensão de seu controle sobre regiões da cidade. No momento em que foi feita as pesquisas que dão origem ao trabalho (década de noventa), dois movimentos, narcotráfico e “as galeras” - denominação das gangues de rua constituídos por grupos juvenis (...)

Através de várias amostragens de pesquisa da época desenvolveram as reais motivações, que levaria a exemplo de um/a jovem negro/a ao entrar no tráfico ou para as gangues de rua, e os motivos era não só a violência domiciliar, e pelos fatores sociais, de desemprego de seu país, falta de condições financeira das famílias com só pai ou só mãe, e em primeiro lugar a violência doméstica entre os pais e famílias muitas vezes geria pela mãe ou pai o abandono dos mesmos, e a violência proferida pelos mesmos os maus-tratos há essas crianças de comunidades pobres de favelas do Rio.

As ações de mando das prefeituras deveriam ser integradas às ações estaduais sócio-educativa, que teve uma vocação e uma responsabilidade com políticas com o Ensino médio e fundamental, e descortinaram as brigas descontinuas das administrações públicas nas danças das cadeiras e sucessões dos partidos e as divergências políticas dos partidos de direita, e que vão direcionar suas políticas para seus objetivos partidários, e pastas sociais serão arroladas a interesses outros e não da pessoa pública e nem da coletividade social.

A má-administração da gestão pública, das ações sociais sócio-educativas que passaram a aumentar seus indicadores de violências diretas e reais dentro das instituições sócio-educativas de 11 unidades de internação fechadas e semiliberdade, e que seriam alguns modelos da descentralização dos CRIAMs administradas pelo estado, e que poderiam ter profissionais municipais nas unidades escolares básicas da assistência integrados ao estado e a esfera Federal, e nos conselhos regionais de Assistência Social, que poderiam integrar suas ações com as unidades escolares básicas, com as unidades de Saúde e com os familiares, que não conseguiram harmonia política de convergências políticas governamentais.

A administração pública depois da reforma do estado de FHC, as pastas da administração indireta será reguladas para essas ações da assistência social e educacional, que eram serviços essenciais e passaram a serem complementares e que poderiam ser divididos com a iniciativa privada e as ONGs, OSS e OSCIPs, e apesar de não terem unidade políticas sem problemas de estruturas e financeiras, pois em suas as ações sociais, tinham uma orientação neoliberal e privatista da prefeitura,

10 DE OLIVEIRA. Iolanda. In Escola, Galeras e tráfico- autora Maria Eloisa Guimaraes. Rio de Janeiro/Niteroi.Eduff. 2006. pág.137.

e no Governo do Estado que na gestão Marcelo Alencar trabalhou com as ONGs e as Fundações privadas de direito Estatal, e era sempre diferente do PDT, que era diferente do DEM de César Maia e do PMDB da família Garotinho 2003-2008, e finalizavam suas gestões com o pacto social e Frente Brasil Popular do Governo Sérgio Cabral 2009 - 2014 com Lula / e depois com Dilma em 2011-2016. Segundo o professor Doutor Dias<sup>11</sup>, de Serviço Social:

(...) ganhar as eleições ou avançar o projeto de reconstrução da sociedade e das condições de vida da população? Essa polarização real não apareceu durante o processo eleitoral em toda a sociedade a sua dramaticidade (...) jogar todas as cartas na institucionalidade sem mobilização popular é aceitar travar um embate entre Davi e Golias, em que este último tenha a priori na prática quase todas as condições de êxito (...).

Com as crises do Governo Lula havia toda uma cobrança social de que as ações afirmativas de cotas raciais na educação Superior, ainda assim abandonou o ensino básico e fundamental das escolas públicas e não incluiu na ponta a Educação que tinha indicadores estruturais de analfabetismo e evasão educacional no ensino fundamental e médio, e 2010 ocorreu uma reforma no código penal, que levou a “Bancada da Bala e das igrejas pentecostais” a disputar a revisão da ECA em aumentar a idade penal, ou seja, maioria penal, e neste contexto ocorreu uma nota técnica do IPEA sobre jovem em conflito com a Lei pelo Mapa da Violência em 2011<sup>12</sup> :

Brasil – Tipos de delitos praticados pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação/restrição de liberdade

Tipo de delito	2011		2012		2013	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Roubo	8.415	38,12	8.416	38,70	10.051	39,90
Tráfico	5.863	26,56	5.881	27,05	5.933	23,55
Homicídio	1.852	8,39	1.963	9,03	2.205	8,75
furto	1.244	5,63	923	4,24	855	3,39
Homicídio tentado	661	2,99	582	2,68	747	2,97
Busca e Apreensão ( descmp de medida)	543	2,46	177	0,81	233	0,92
Porte de arma de fogo	516	2,34	591	2,72	572	2,27
Latrocínio	430	1,95	476	2,19	485	1,93
Lesao corporal	288	1,30	178	0,82	237	0,94
Roubo tentado	269	1,22	237	1,09	421	1,67
Estupro	231	1,05	315	1,45	288	1,14
Ameaça de Morte	164	0,74	151	0,69	1.414	5,61
Recepção	105	0,48	110	0,51	125	0,50
Formação de quadrilha	78	0,35	108	0,50	107	0,42
Dano	76	0,34	48	0,22	57	0,23
Latrocínio tentado	75	0,34	69	0,32	125	0,50
Sequestro e cárcere privado	53	0,24	46	0,21	25	0,10
Atentado violento ao pudor	51	0,23	21	0,10	82	0,33
Porte de arma Branca	9	0,04	25	0,11	36	0,14
Estelionato	6	0,03	8	0,04	3	0,01
outros atos de menor potencial apreensivo	1.148	5,20	1.419	6,53	1.191	4,73
total	22.077	100,00	21.744	100,00	25.192	100,00

Fonte: IPEA, 2015

11 DIAS. Edmundo Fernandes. Política Brasileira Embate de projetos Hegemônicos. Editora Sunderman. São Paulo. 2006. páginas 148-150. (...) Com alianças, contraditórias com o programa histórico e mesmo assim o governo abriu mão do programa histórico “da classe trabalhadora”. Porque e para quê? Para ter a confiança do mercado e realizar o programa desse mercado, leia-se do capitalismo? Os aplausos em Davos são sintomáticos. Os organismos internacionais já compreenderam a questão da miséria é grave, por isso deve ser enfrentadas com políticas ... focalistas, assistencialistas. Mas nada que altere a ordem capitalista (...)

12 Ipea - Mapa da violência com Jovens em conflito com a LEI - 2011- 2015 .

No calor do cotidiano de omissão do estado nas favelas e comunidades pobres no Rio e a ausência de serviços públicos, e a única presença do estado era a PM, e que gera cada dia mais uma guerra interna, violências, truculência e o autoritarismo, um verdadeiro estado mínimo de políticas públicas e um verdadeiro estado policial entre os membros do chefe do tráfico e o comando das PMs, sob as comunidades negras e pobres e valores invertidos de “banditismo social” é uma fábrica de impunidades e de corrupção entre autoridades governamentais no Rio.

Ocorreriam nas mediações das escolas, e questões da violência urbana social afetava profundamente as famílias, que terminam com jovens ingressando no tráfico e várias situações adversas e complexas entre as idades 10 a 14 e 14 a 18 anos, alvos fáceis de grupos ligados ao tráfico de drogas nas favelas, e sendo vulneráveis a tensões e conflitos de brigas de gangues, e a relação de poder de grupos rivais e começa no espaço da rua, e acaba na escola<sup>13</sup>.

(...) Ao contrário de sua ação nos locais efetivamente ocupados, a intervenção por parte dos chefes do tráfico em escolas situadas nas proximidades das áreas controladas se faz de forma sutil e discreta, com pouca visibilidade, através de diferentes mediadores, representantes de posições diversas em relação às quadrilhas e à escola. A situação de grupos jovens vinculados às quadrilhas exerce então importante papel como elemento provocador da interferência do dono do morro enquanto estância pacificadora dos conflitos por eles gerados (...).

E, mesmo sendo uma instituição pública onde poderia intervir sobre essa realidade não tem nenhuma forma de influenciar, pelos limites e a burocratização das formas cotidianas de lidar com a complexa realidade interna nas escolas, que deixam a desejar, e banalizam as crianças e adolescentes que ingressam no tráfico e acolher dessa criança, que passa a ser alvo de grupos criminosos, e que começa evadir das aulas e não aceitar a disciplinação e a autoridade do professor ou da direção da escola sendo levados à lista de estudantes, que serão expulsos das unidades escolas e ao invés de ter tratamento especial de tirar os mesmos da garra do tráfico, é convidado a entrar nos índices de evasão, e de fugir de realizar a única forma de conseguir uma emancipação social que é a Educação pública.

E entrar nas estatísticas mostra a possibilidades limites e impotência da ação Educadora do estado e da não intervenção da assistência social que passa a cuidar do efeito e não da causa que vai levar centenas de esses jovens não chegarem a completar o ensino fundamental completo.

O diálogo entre os profissionais da assistência, e educadores sociais e os professores no conselho de classe entre pais e familiares e a sociedade acontece para julgar e condicionar aos interesses da instituição e não uma mão dupla entre o educando e o educador como dizia Paulo Freire<sup>14</sup>.

13 DE OLIVEIRA, Iolanda. In Escola, Galeras e tráfico- autora Maria Eloisa Guimaraes. Rio de Janeiro/Niterói. Eduff. 2006. pág. 150.

14 FREIRE, Paulo. Pedagogia dos Oprimidos. 17ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987. Pág. 61.



(...) Na verdade , porém , os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma “em seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si” (...).

Que muitas vezes perdem a realização ato de educar como um todo na sociedade, e não só a resposta à lógica do capital, de cumprir números de crianças e adolescentes que não vão fracassar no sistema, e perdem a noção da humanidade, e passa a funcionar pela lógica competitiva e aposta humana de salvaguardar os filhos/as da classe trabalhadora sem a Devir das futuras gerações.

Dimensão de que não há democracia direta e que há uma fragmentação social dos fazeres na educação, que ameaça e definem um julgamento final da reprovação e do fracasso dessas as crianças e adolescentes em sua maioria negras e nordestinas, que começam na escola a fracassarem e aí vão sendo envolvidas em ações deste submundo das drogas e das brigas e disputas de gangues.

Neste horizonte de atitudes vão parar nas instituições de internações para cumprir as medidas socioeducativas e a ressocialização será fundamental para as crianças e adolescentes eram oriundas de comunidades de favelas no Rio de Janeiro e de outros bairros pobres e que para as meninas apelidadas de “vadias”, e marginalizadas como crianças de rua, e que foram alvos de muita violência sexual principalmente se defendiam através das brigas ou da “masculinização” nas instituições socioeducativas. Essas crianças e adolescentes passavam pelas instituições educacionais e agora pela assistência social com uma trajetória não necessariamente: escolas, conselho tutelar e reclusão as instituição fechada ou semiaberta, e o retorno ao lar e a integração a educação para a vida desses adolescentes dependeriam da forma como seria a passagem desses atores nessas instituições que historicamente tinham uma fama de não ressocializar. E muitos serão abandonados pelos seus familiares e serão mais tarde reincidentes nas instituições como Padre Severino.

Os crimes como furto, assalto a mão armada, violências domésticas, estupros e assassinatos, que seriam a fase final de fugirem de suas famílias e na rua, construir outras relações sociais com o tráfico, e os grupos e gangues de pequenos furtos e que passavam pelas instituições socioeducativas como a (antiga Funabem), que tiveram que ser desativadas pelas autoridades como formas de renovar o DEGASE.

Os tribunais e os conselhos da criança e adolescência passaram a tutelar e orientar com MP e os órgãos da Justiça, e do estado juntamente com Assistência Social/CRAS/Conselhos, deixariam reclusos até a sua maior idade para ser considerados presos comum em penitenciárias ou reservada a administração indireta do Estado com a reforma de FHC em 1994/5, e a criação de uma rede nacional de proteção judicial e assistencial que levou acolher dentro da LEI ECA /MEC e SNAC acolhimento mais justo e a flexibilização dos jovens.

O encarceramento passou a crescer e direcionou o acolhimento das populações de rua e a ressocialização das crianças e da adolescência para as famílias, e para a sociedade civil integrada a organizações não governamentais a função da ressocialização pela educação continuada de projetos sociais e de pesquisas que

proteção à criança, que muitas egressas do sistema sócio-educacional e de familiares pobres e favelados que pedem até hoje justiça de muitas crianças, que morreram assassinadas dentro dessas instituições sócio-educativas ou completaram a maior idade de 18 -21 anos e atravessaram para o Presídio no Estado. E as administrações públicas foi financiados estatísticas para INEP/MEC da situação de evasão escolar no ensino básico e fundamental que virou crônico a evasão escolar.

E, crianças e adolescentes egressos do sistema penal sócio-educativo que são oriundas dessas regiões vulneráveis segundo dados da UNICEF /UNESCO.

A conjuntura da mudança do Estado e das pastas sociais, que no estado Mínimo Neoliberal definiu uma forma de ataques a Educação pública e a Seguridade Social como no Chile e Argentina começou na Educação nas Universidades Públicas e depois no Ensino Básico e Fundamental nas prefeituras e Estados nos anos 90 desregulamentando o estado pelas privatizações e chega com a ascensão do Governo Collor e depois FHC, que reduz do Estado nacional com a extinção das autarquias e empresas mistas no estado afetando as pastas sociais. E, FHC com as privatizações, que desenvolvendo ataques a Assistência social, redução drásticas de verbas da seguridade social, e separou a previdência social, da saúde e da assistência social. Segundo o professor Bazilio, :

(...) A segunda fase caracteriza-se pelo enorme corpo jurídico/institucional que foi criado pelo Estado brasileiro para o atendimento da infância. Este processo se inicia na década de 1920 e segue até os anos 80. As três leis específicas de atendimento a criação dos Juizados de Menores o Serviço de Assistência ao Menor e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor são produtos deste momento.

No Rio desde anos 90, vão convergir as ações do estado sob “as costas do Menor ou da família e da sociedade” imiscuindo de acolher, ressocializar e inserir na sociedade crianças infratoras e que sofreram ação burocrática e das instalações insalubres e de um processo sócio-educativo pela punição e não pela acolhida social e que modus operandi das relações histórico-cultural dessas instituições de conceituar o “aprisionar ou vigiar e punir” e não a Educar para ressocializar, as políticas sócio-educacionais de confinamento e a ação social com outras entidades como primordialmente a igreja desde o Brasil Império, e entes privadas esses processos não vão cessar com a nova fase de passar a aplicação de uma maior intervenção do estado, pela ação dos tribunais de justiça, e pela aplicação da lei da Eca que culminou na ascensão de presidentes neoliberais. E, em 1993-1994, várias rebeliões nas instituições de reclusão de jovens como Padre Severino e na ilha do governador, que levou a intervenção do governo Federal e Estadual nesta crise no sistema nacional brasileiro de assistência ao jovem infrator<sup>15</sup> e, passou a considerar a Lei nº 8069/1990, que daria uma nova estrutura contra a superlotação e as ações educacionais que fugiam das corretivas e punitivas.

E, levava em consideração a descentralização de instituições semiabertas e

15 VASCONCELOS, Teresinha Pereira. Tese de doutorado das Medidas Socio-educadora para o adolescente Infrator. Educar para nãoencarcerar. Publicado em 22 de 2013. Campo Grande. pág.10-20. (...) O propósito da medida sócio-educativa deve ser possibilitar ao adolescente um despertar para sua a responsabilidade social, proporcionando-lhe um novo projeto de vida que o liberte do submundo do crime e da marginalização, através de sua reinserção social, familiar e comunitária, que lhe garante a alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, profissão, aliados à realização de atitudes e ações beneficiárias do Estado, sociedade e família em proveito da transformação da realidade do infrator. (...)

levariam em consideração a punição desses jovens oriunda de comunidades pobres e de favelas como também com uma baixa escolaridade, em sua maioria, negros que se revoltaram pelos maus tratos, e pelas formas violentas de castigos corporais de guardas e do abandono institucional das autoridades é nasce para as instituições de sócio-educativas. É incontestável, que as medidas sócioeducativas constituem-se numa resposta social destinada ao adolescente infrator, entretanto, na sua aplicação deve prevalecer o caráter sócio-pedagógico, que não visa meramente à retribuição ou punição pelo ato cometido, mas sim, a recuperação, de modo a evitar a reincidência.

O governo do estado fará uma intervenção e criará fundação CBFIA da infância e adolescência com intuito de descentralizar as penas sócio-educativas semifechadas e criará as Crias e estadualizará e deixará essas entidades a serviço do poder regional e local, onde as crianças entravam sós para dormir e de manhã iam para a casa lar, família e a escola seriam obrigatórias para esses setores sociais.

As ações dos agentes sociais: pedagogas, assistentes sociais e educadores sociais e instalações como conselho estadual e instituições e formações paralelas profissionais e acompanhamento psicossocial, e tentava a ressocialização dessas crianças e a inserção a família e ao seu bairro de origem teve um desdobramento com a pouca implementação de orçamento público nesta área em 1995 foi alarmante a resposta da gestão pública<sup>16</sup> trágico, pois passava a incorporar as organizações não governamentais para gerir essas instituições que deveriam ser o papel da esfera pública e de profissionais federais e estaduais. Descentralizando essas ações levariam a responsabilidades para a esfera estadual por um órgão próprio da FIA com dotações orçamentárias que levariam a gerar outras debilidades cotidianas, e que levará a desenvolver a assistência social nestas áreas sociais CRASS/ECA e as prefeituras locais. Preocupadas com o desmonte indiscriminado realizado pelo Estado brasileiro na área de assistência e proteção à infância e adolescência, diversas entidades passaram a controlar desde 1995 o “Orçamento da Criança”. Trata-se de acompanhar, através de planilhas, os gastos efetivamente realizados nas áreas de Saúde, Educação, Previdência Social, Exército e Presidência da República. Em 95, tal acompanhamento identificou que cerca de 23% do orçamento de 3,5 bilhões não foram gastos. E, os acompanhamentos voluntários das pastorais, grupos culturais e associações de bairros e representantes dos conselhos tutelares e do movimento sociais.

É possível imaginar a ampliação do exercício dos direitos relacionados no Estatuto da Criança e do Adolescente, concretizando-se cada vez mais o comando legal pertinente à proteção integral infanto-juvenil há tanto prometida, e colaborando-se decisivamente para que a Nação brasileira venha a alcançar um dos seus objetivos fundamentais: o de instalar a partir das crianças e adolescentes – uma sociedade livre, justa e solidária.

O processo de regulamentação de políticas públicas nestas novas unidades de assistência a crianças e adolescente não garantiu a desburocratização e nem novos instrumentais com equipes multi profissionais que recebessem essas crianças numa concepção de acolhimento social e dessas unidades sócio-educativas semifechadas,

16 Ibidem.

por um tempo esvaziaram os excessos de lotação e que a ação social de ter um plano geral pedagógico e direção para educar sem que tenha uma lógica punitiva e de controle pela violência institucional e desigual para esses diversos casos de infração, indisciplina permanente, fugas e delitos como furtos e agressões foram sendo cobrados pelas próprias comunidades locais que se sentia ameaçada por esses grupos sociais no processo via instituição.

E, veio numas a crescente criminalização dessas crianças agora abandonadas por suas famílias e pelo próprio estado que não investia na ressocialização e inserção ao mundo familiar ou do trabalho futuro no processo histórico-social esses atores eram oriundos de camadas pobres em sua maioria negros e negros que estavam vivendo um processo vivendo a consequência político neoliberal, desigualdade social e racial, onde suas famílias sem emprego e moradia precárias nas favelas no Rio não tinham outra forma de vida com seus filhos e filhas que conviviam com a Polícia e o Tráfico na porta de casa que muitas pesquisas já definiam as relações de guerra interna entre moradores e o autoritarismo da PM e dos setores chefes da boca de fumo com as populações que vivem nessas regiões periféricas.

Viver na periferia da cidade onde convivia com o tráfico, desemprego, violência doméstica na sua própria família e a pobreza extrema, onde muitos fugiram de casa e a única saída para emancipação dessas crianças era retorna para as famílias ou a mão do estado.

E nesta luta pela sobrevivência, onde seus pais a maioria do tempo fora do ambiente da família pela lógica do capital era a mãe e pai deveriam trabalhar mais e ganhar para o sustento da família, e muitos teriam que buscar trabalhos com difícil acesso na cidade do Rio de Janeiro, onde a mobilidade urbana de Trens e ônibus dificultavam ainda mais a sociabilidade das famílias faveladas e os altos índices de criminalidade nesses territórios e que muito país se sacrificavam para que jovens negros e negros não se envolvessem no crime e nas drogas e na evasão escolar.

Então, o papel da Educação na vida dessas crianças e adolescentes/ jovens de comunidade seria fundamental no contexto de ser uma instituição do estado, que essas crianças vivem e entram para o crime e não são percebidas pelos agentes do estado, educadores sociais e educadores da própria escola básica e fundamental e muitas vezes a própria sociedade se exime de participar de uma organização entre os moradores para em solidariedade de classe fazer ações de prevenir e aconselhar seus filhos e de seus vizinhos a não desviarem suas condutas morais e éticas.

E, são despreparados para lidar com os desvios e as complexas situações socioeconômicas e culturais dos alunos e alunas da favela, e que exigiria uma dedicação integral nas escolas e creches que os governos e as prefeituras se omitem a desenvolver atividades curriculares e extracurriculares.

## CONCLUSÃO

Atualmente, fala-se da adolescência como uma fase do desenvolvimento humano que faz uma ponte entre a infância e a idade adulta. Nessa perspectiva de

ligação, a adolescência é compreendida como um período atravessado por crises, que encaminham o jovem na construção de sua subjetividade. Porém, a adolescência não pode ser compreendida somente como uma fase de transição. Na verdade, ela é bem mais do que isso. Adolescência, período da vida humana entre a puberdade e a adolescei, vem do latim *adolescência*, *adolescere*. É comumente associada à puberdade, palavra derivada do latim *pubertas-atis*, referindo-se ao conjunto de transformações fisiológicas ligadas à maturação sexual, que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência. Esta perspectiva prioriza o aspecto fisiológico, quando consideramos que ele não é suficiente para se pensar o que seja a adolescência.

Que o primeiro a abandonar é o estado de direito social e depois a família das crianças em conflito com a Lei e Refletindo acerca dos limites identificatórios da adolescência, voltemo-nos à história, buscando elementos que nos ajudem a pensar essas questões.

Do mesmo modo que afirmou o caráter moderno da infância, Ariès (1978, p. 46) acredita que a adolescência também nasceu sob signo da Modernidade e que a Legislação de 1990, fruto das mobilizações sociais e sindicais, pelo fim da ditadura Militar e da contrarreforma do estado que a adolescência contemporânea foi engendrada a partir de um contexto de crises e contestação social.

Segundo Abramo (1994), esse fenômeno facilitou que se plasmasse tal caracterização como a característica própria dos jovens que tem a rebeldia como um tom de sua própria resistência e luta por seus direitos humanos e sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª ed.. São Paulo: Ed. Cortez, 2011. p. 91-92.
- ABRAMO, H. Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- ABREU, M. Meninas Perdidas. In: PRIORE, M. (Org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000. p. 289-316.
- AGUIAR, W; BOCK, A; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O.(Orgs.). Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2002. p. 163-178.
- ARIÈS, P. A História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- Bazílio, Luiz Cavalieri . artigo : Educação, profissionalização e Trabalho. UERJ.1990.
- BÓAS, Márcia Villas. Documento da PUC sobre o Degase, ressocialização e semi-liberdade. documento digitalizado cap.4 . págs.79-80.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: CBIA, 1990.
- CALIL, M. I. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: OZELLA, S. (Org). Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 137-166.
- CALLIGARIS, C. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.
- DE OLIVEIRA, Iolanda. In Escola, Galeras e tráfico- autora Maria Eloisa Guimaraes. Rio de janeiro/Niterói.Eduff.2006.pág.137
- DIAS, Edmundo Fernandes. Política Brasileira Embate de projetos Hegemônicos. Editora Sunderman.São Paulo.2006. págs. 148-150
- DEJOURS. Chistorphe.. Banalização da Injustiça Social . Ed.FGV.1999. pág. 21
- FREIRE, Paulo. Pedagogia dos Oprimidos .17ª Ed.Paz e Terra. Rio de janeiro.1987.Pág.61.
- Ipea - Mapa da violência com Jovens em conflito com a LEI - 2011- 2015
- HPPTt//Wikipédia. Sobre a Margareth Thatcher das décadas 70.
- JACOB, Eduardo. Tese da A Globalização e da crise do capital. USP.2010.págs.100-150.
- MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>>. Acesso em: 11 de fev. 2017.
- SAVIANI, Dermerval. Escola e Democracia. S.Paulo. Ed. Moderna. 2010.
- VASCONCELOS, Teresinha Pereira. Tese de doutorado das Medidas Socio-educadora para o adolescente Infrator. Educar para nãoencarcerar. Publicado em 22 de 2013. Campo Grande. pág.10-20.
- LENINE, Vladimir Uilianov. Imperialismo.Fase superior do O capitalismo. São Paulo.Ed.Diário da liberdade, 2008.